

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Aportes conceituais do pensamento decolonial para discutir desigualdades acadêmico-científicas na área de terapia ocupacional desde o Nordeste do Brasil

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza, Andrezza Marques Duque Andrezza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17082>

Submetido em: 2026-07-24

Postado em: 2026-07-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Iara Braga (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7720-2941>)

Aportes conceituais do pensamento decolonial para discutir desigualdades acadêmico-científicas na área de terapia ocupacional desde o Nordeste do Brasil

Conceptual contributions from decolonial thought to discuss academic-scientific inequalities in the field of occupational therapy from the Northeast of Brazil

Aportes conceptuales del pensamiento decolonial para discutir las desigualdades académico-científicas en el campo de la terapia ocupacional desde el Nordeste de Brasil

Autoras

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza

Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: marinabs91@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0704-0534>

Andrezza Marques Duque

Departamento de Terapia Ocupacional, Programa de Pós-Graduação em Gerontologia (PPGero), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

E-mail: andrezza.duque@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8775-1565>

Contato

Marina Batista Chaves Azevedo de Souza, marinabs91@hotmail.com, Universidade Federal da Paraíba, Campus de João Pessoa, João Pessoa/PB, CEP: 58051-900.

Fonte de financiamento

Não há fonte de financiamento a ser citada.

Contribuição de autoria: Ambos os autores contribuíram para: Conceituação,

Metodologia, Investigação, Análise formal, Curadoria dos dados, Redação – versão original, Redação – revisão e edição, Visualização e Aprovação da versão final do manuscrito.

Conflito de interesses

As autoras declaram não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados de pesquisa

Os dados que sustentam os resultados deste estudo são de acesso público e estão disponíveis nos documentos e nas bases de dados citados nas referências do manuscrito.

Uso de inteligência artificial

Foi utilizada Inteligência Artificial como apoio à revisão da linguagem e garantia da clareza da redação do manuscrito. A ferramenta não foi utilizada para a produção de dados, análises, interpretações ou conclusões científicas. Todas as decisões intelectuais, a elaboração do conteúdo científico, a revisão crítica e a versão final do manuscrito são de responsabilidade exclusiva das autoras, em conformidade com as orientações de transparência para o uso de Inteligência Artificial adotadas por agências de fomento e pela comunicação científica.

Resumo

Objetivo: Analisar as assimetrias regionais na produção acadêmico-científica brasileira à luz dos conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber, problematizando suas reverberações na área de terapia ocupacional desde o Nordeste do Brasil. **Método:** Ensaio teórico de caráter reflexivo-interpretativo, realizado a partir da literatura decolonial e dos estudos sobre desigualdades regionais, articulando categorias conceituais à análise histórica e contextual do desenvolvimento acadêmico-científico em terapia ocupacional. **Resultados:** Foram identificados processos históricos de subalternização epistêmica do Nordeste vinculados às dinâmicas de colonialidade, e debateu-se que as hierarquias acadêmicas e científicas provenientes destes processos podem se expressar também na área de terapia ocupacional. **Conclusão:** Recomenda-se fortalecer ações de reparação e redes acadêmico-científicas nordestinas para

enfrentar desigualdades regionais e reescrever histórias da terapia ocupacional a partir do Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Colonialidade. Decolonialidade. História. Nordeste. Terapia Ocupacional.

Abstract

Objective: To discuss regional asymmetries in Brazilian academic-scientific production in light of the concepts of coloniality of power, internal colonialism, and coloniality of knowledge, reflecting on their implications for the field of occupational therapy. **Method:** A theoretical essay of a reflective-interpretative nature, developed based on decolonial literature and studies on regional inequalities, articulating conceptual categories with contextual analysis and the academic-scientific production in occupational therapy. **Results:** Historical processes of epistemic subalternization of the Northeast were identified, linked to the dynamics of coloniality of power and knowledge. It was also discussed that the academic and scientific hierarchies arising from these processes may be expressed in the field of occupational therapy. **Conclusion:** It is recommended to strengthen reparative actions and Northeastern academic-scientific networks in order to address regional inequalities and to rewrite the histories of occupational therapy from the perspective of the Brazilian Northeast.

Keywords: Coloniality. Decoloniality. History. Northeast. Occupational Therapy.

Resumen

Objetivo: Discutir las asimetrías regionales en la producción académico-científica brasileña a la luz de los conceptos de colonialidad del poder, colonialismo interno y colonialidad del saber, reflexionando sobre sus implicaciones en el área de terapia ocupacional. **Método:** Ensayo teórico de carácter reflexivo-interpretativo, realizado a partir de la literatura decolonial y de estudios sobre desigualdades regionales, articulando categorías conceptuales con el análisis contextual y de la producción académico-científica en terapia ocupacional. **Resultados:** Se identificaron procesos históricos de subalternización epistémica del Nordeste vinculados a las dinámicas de colonialidad del poder y del saber, y se discutió que las jerarquías académicas y científicas derivadas de estos procesos también pueden expresarse en el campo de la terapia ocupacional. **Conclusión:** Se recomienda fortalecer acciones de

reparación y redes académico-científicas nordestinas para enfrentar las desigualdades regionales y reescribir las historias de la terapia ocupacional desde el Nordeste brasileño.

Palabras clave: Colonialidad. Decolonialidad. Historia. Nordeste. Terapia Ocupacional.

Introdução

Neste ensaio teórico de caráter reflexivo-interpretativo colocamos em evidência os conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber, para apontar que a região Nordeste do Brasil vem se constituindo, academicamente (no âmbito do desenvolvimento das instituições de ensino superior) e cientificamente (no âmbito da ciência e produção de pesquisa), como um lugar de enunciação subalternizado ao longo da história do país.

Os conceitos mobilizados decorrem do pensamento decolonial latino-americano, um movimento teórico e político que emerge nos anos 1990 a partir de um grupo de autores latino-americanos, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Pablo González Casanova, cujas produções fundamentam as discussões desenvolvidas ao longo deste ensaio.

Esse movimento ocorre em diálogo crítico com os estudos pós-coloniais e sustenta que o colonialismo não foi um processo superado, pois suas estruturas de poder permanecem operando sob novas formas. A colonialidade mantém as hierarquias herdadas do período colonial, inclusive no campo do saber, determinando quem possui condições simbólicas e/ou materiais para desenvolver-se academicamente e produzir conhecimento científico.

A partir dos aportes teóricos mencionados, discutimos a existência de assimetrias regionais no Brasil. Buscamos compreender o processo histórico de subalternização acadêmico-científica do Nordeste, interpretando essas desigualdades à luz da noção de territórios e povos subalternos.

Ao avançarmos no debate, problematizamos a possibilidade de que a área de terapia ocupacional pode estar reproduzindo estruturas de poder e de saber decorrentes das dinâmicas de colonialidade interna, expressas por meio de desigualdades regionais no âmbito acadêmico e científico. Todavia, tais hierarquias

não são estáticas e requerem enfrentamento, de modo a reposicionar o Nordeste na produção de conhecimento, reparar desigualdades e reescrever suas histórias.

Nesse sentido, este ensaio é orientado pela seguinte questão: de que maneira os conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber contribuem para compreender, a partir do Nordeste, as assimetrias regionais na produção do conhecimento no Brasil e suas implicações para a área de terapia ocupacional?

Com base nisso, elencamos os seguintes objetivos para este ensaio: (a) explicitar os conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber; (b) discutir as assimetrias regionais e as hierarquias da produção acadêmico-científica no Brasil à luz dessas compreensões conceituais; e (c) refletir sobre como os processos de colonialidade reverberam na área da terapia ocupacional no Brasil, apontando dados sobre o tema e estratégias para o fortalecimento do desenvolvimento acadêmico-científico da área a partir da região Nordeste do país.

Metodologia

Este ensaio teórico, de caráter reflexivo-interpretativo, fundamenta-se na análise de referenciais conceituais e de dados contextuais sobre o tema em questão. O ensaio teórico, enquanto modalidade de produção científica, caracteriza-se pela elaboração de sínteses interpretativas e problematizações orientadas por uma questão de pesquisa¹.

Ressalta-se que diferentemente de revisões, sejam elas sistemáticas ou não sistemáticas, a mobilização da literatura neste estudo foi orientada por um problema específico e por referenciais previamente definidos. Deste modo, a seleção dos textos teve como objetivo reunir contribuições consideradas relevantes para sustentar a construção argumentativa desta proposta, especialmente no campo do pensamento decolonial latino-americano, dos estudos sobre desigualdades regionais e das pesquisas brasileiras sobre institucionalização acadêmica e produção do conhecimento em terapia ocupacional.

Assim, foram mobilizados referenciais do pensamento decolonial, especialmente os estudos de Aníbal Quijano², Walter D Mignolo³ e Casanova⁴, bem como produções nacionais que abordam a história, as desigualdades regionais, a

institucionalização acadêmica e a produção científica da terapia ocupacional no Brasil⁵⁻⁷. Também foram incorporados dados provenientes de bases institucionais públicas, relacionados à distribuição do ensino superior e do financiamento científico no país.

Reconhecemos que as discussões realizadas por meio de ensaios teóricos, ainda que ancoradas em aportes conceituais e dados empíricos, são atravessadas pela posição e pelo lugar de enunciação de quem o escreve. As escolhas teóricas, os recortes analíticos e os modos de interpretação e discussão são informados por um saber situado e, quando essa compreensão se alinha a perspectivas críticas, contribui para a construção de leituras mais densas e aprofundadas⁸.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, ainda que se trate de um ensaio teórico fundamentado em referências-chave⁹, foram adotadas estratégias que buscam garantir rigor conceitual, coerência argumentativa e densidade interpretativa, contribuindo para o fortalecimento de uma ciência mais plural, situada e equitativa.

Devido a isso, apresentamos o percurso analítico, desenvolvido em três etapas centrais: 1) seleção teórica intencional de autores e produções relevantes ao tema e campo de estudo; 2) leitura analítica orientada pelos conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber; e 3) síntese interpretativa que mobilizou os referenciais citados e dados institucionais e contextuais utilizados para compreender as assimetrias regionais e suas reverberações na produção acadêmico-científica no âmbito do Brasil e na área da terapia ocupacional.

Considerando essas etapas, o ensaio foi organizado em três eixos analíticos: i) colonialidade do poder e colonialismo interno, ii) colonialidade do saber e iii) reverberações desses mecanismos na área da terapia ocupacional. O exercício teórico permitiu elaborar uma reflexão ético-política e anticolonial, comprometida com a desnaturalização das hierarquias regionais e com o reposicionamento do Nordeste como território de enunciação e de produção de saberes.

Resultados e discussão

i) Colonialidade do poder e colonialismo interno

Para compreendermos o contexto econômico, político e social que atravessa nossas reflexões, tomamos como ponto de partida o conceito de colonialidade do poder². Desde uma perspectiva teórica decolonial, este conceito explicita a ideia de colonialismo como um sistema de dominação proveniente da colonização, e a colonialidade como a afirmação da continuidade deste sistema, já que esta permanece organizando as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e de produção do conhecimento.

Nas primeiras experiências de colonização no mundo, sobretudo se considerarmos o contexto da América Latina, lugar em que as perspectivas teóricas decoloniais se estruturaram a partir da década de 1990, instaurou-se um sistema de controle da economia e da política por parte dos grupos colonizadores da Europa e da América do Norte, que construiu, material e simbolicamente, hierarquias entre povos. Essas hierarquias se expressam não apenas na dominação econômica e política, mas na produção de sentidos sobre o que são saberes legítimos². Neste ensaio, focalizamos o debate sobre as hierarquias epistêmicas e regionais no âmbito do Brasil.

Para avançar na discussão, argumentamos que há mais de um “Brasil dentro do Brasil” e que as dinâmicas da colonialidade do poder se manifestam também de forma interna, ocasionando disparidades entre territórios dentro do país^{10,11}. A distribuição desigual de recursos, oportunidades e investimentos em educação e ciência entre as diferentes regiões, existente desde as primeiras experiências de colonização, fez com que as histórias e a produção do conhecimento fossem elaboradas a partir do que se considera até hoje como sendo os grandes centros econômicos, tecnológicos e de produção de saber científico^{5,11}.

Os estudos sobre disparidades regionais na produção do conhecimento apontam dois eixos que estruturam dinâmicas colonialistas no Brasil: Sul-Sudeste e Norte-Nordeste. Nesse contexto, as estruturas de poder constituídas no período colonial concentraram condições simbólicas e materiais de produção acadêmico-científica no primeiro eixo, historicamente mais valorizado¹², enquanto ao segundo foi atribuído um desenvolvimento tardio, marcado por estratégias de reparação histórica.

No debate regional, é importante destacar que não afirmamos o Nordeste como um bloco homogêneo. Pelo contrário, reconhecemos que estados, municípios

e territórios nordestinos apresentam dinâmicas próprias, marcadas por desigualdades e especificidades.

Defendemos que existem diferentes histórias na região, e que é fundamental reconhecer as diferenças intrarregionais e não incorrer ao risco de reproduzir estereótipos que colocam o “nordestino” como uma figura única e o “Nordeste” como um território homogêneo, desconsiderando as diferenças de contextos, experiências e identidades que compõem a região.

Contudo, no contexto da discussão decolonial sobre as assimetrias regionais e seus impactos acadêmico-científicos no Brasil, é inegável que a conformação histórica da região Nordeste e dos estados que a compõem sofreu experiências compartilhadas e interdependentes de exploração durante os processos de colonização.

Nesse sentido, o conceito de colonialismo interno nos auxilia a compreender a colonialidade do poder como um processo que se instala e se reproduz nos mais diversos espaços sociais de um país. Por isso, a reprodução da colonialidade se dá internamente no Brasil e acarreta processos de invisibilização do “outro” no contexto da região Nordeste^{4,10}.

Ao retomar o processo histórico, destacamos que a organização do território brasileiro em Norte e Sul refletiu prioritariamente os interesses político-administrativos e econômicos da Coroa Portuguesa. Os estados do Nordeste, à época denominados apenas de “Norte do Brasil”, foram os primeiros a serem invadidos por colonizadores europeus, em meados de 1500¹¹.

Nas primeiras experiências de colonização, as terras nordestinas foram exploradas devido à importância econômica do ciclo do açúcar. Entretanto, a região foi posteriormente marginalizada pelos episódios de seca, que começaram a ocorrer nos anos 1700 e se intensificaram em meados de 1870, trazendo sérias dificuldades para o cultivo da terra e para a vida dos povos nordestinos. Esses episódios desviaram os olhares dos colonizadores, que passaram a investir na exploração do chamado “Sul do Brasil”, impulsionados pela importância do ciclo do ouro, em Minas Gerais, e do ciclo do café, em São Paulo¹¹.

Acerca do termo “Nordeste”, esta palavra foi escrita pela primeira vez em um documento oficial para se referir a uma região do Brasil, em 1919. Isto ocorreu quando, o então presidente, Epitácio Pessoa, paraibano, destinou verbas para obras de irrigação voltadas a mitigar os efeitos da seca. Assim, ao “Norte”, após a

exploração de povos e terras, restaram os investimentos para enfrentar a seca, a fome e a pobreza, enquanto o “Sul” recebia tanto os trabalhadores do “Norte” quanto os investimentos do governo federal para desenvolver-se economicamente e consolidar-se como um importante pólo de indústria, tecnologia, ciência e educação¹¹.

Reconhecer a existência de assimetrias regionais significa, portanto, admitir a persistência de desigualdades de investimento e de poder entre as regiões do Brasil, e que esse padrão histórico de dominação se atualiza e se renova, mantendo a produção de estereótipos e a subalternidade de territórios e populações.

Esse reconhecimento nos permite questionar as hierarquias que organizam o país e sustentar que o Nordeste tem sido historicamente subalternizado nos processos de institucionalização acadêmica e de produção de conhecimento. Para explicitar o que compreendemos como “subalterno”, referimo-nos a territórios, grupos e sujeitos colocados em posição de dependência ou inferioridade em relação àqueles que detêm as estruturas de poder.

Com base em Quijano¹⁴, pode-se compreender que as categorias raça e trabalho ordenaram e ainda ordenam relações de exploração e conflito entre povos dominantes e subalternizados. Também é a partir dessas categorias que construímos o debate sobre as disparidades regionais no Brasil, pois a subalternização do Nordeste e do povo nordestino não pode ser dissociada das marcas do racismo estrutural e das migrações em busca de trabalho e sobrevivência.

A construção simbólica do Nordeste como território de atraso e carência, e do nordestino como sujeito inferiorizado, é expressão de um processo de racialização interna. Estes processos foram impulsionados por uma política eugenista iniciada nos primeiros séculos de colonização e reforçada pela imprensa, literatura e arte, que por muito tempo produziram estereótipos relacionados aos nordestinos e contribuíram na hierarquização de corpos dentro do próprio país, considerando que historicamente o Nordeste sempre concentrou a maioria das pessoas não brancas do Brasil.

Essa lógica se evidencia, por exemplo, nas dinâmicas migratórias que levaram milhares de nordestinos a se deslocarem para o Sudeste em busca de trabalho, principalmente a partir dos anos 1700. O trabalho dos migrantes foi frequentemente marcado por exploração, precarização e discriminação racial,

reforçando as fronteiras simbólicas entre “centro” e “periferia” que estruturam o racismo regional brasileiro. Para os grandes centros, houve investimento massivo em desenvolvimento e educação; para o Nordeste: uma trama de preconceitos, importação de mão de obra, políticas de mitigação da fome e invisibilização dos saberes locais¹¹.

Ao reconhecer processos históricos de colonialismo interno, não buscamos criar disputas entre estados ou regiões, mas abrir espaço para refletir criticamente sobre processos históricos por vezes ocultos. É lançando luz a essas estruturas que se pode avançar na superação de desigualdades, considerando que o desconhecimento dessas dinâmicas prejudicou o desenvolvimento do Nordeste¹⁰.

Diante disso, os conceitos de colonialidade do poder e colonialismo interno constituem o pano de fundo político, econômico, social e geográfico para as reflexões seguintes. São essas as lentes analíticas que utilizamos para discutir como esses processos reverberam na produção de saberes, na institucionalização acadêmica e na produção do conhecimento, inclusive na área de Terapia Ocupacional.

ii) Colonialidade do saber

A colonialidade do poder opera na consolidação de certos centros, fazendo com que haja lugares privilegiados de produção e validação do saber. Estes privilégios são vinculados à história da colonização, dominação e exploração de povos e territórios.

Ao adentrar o conceito de colonialidade do saber³, referimo-nos às hierarquias e formas de dominação no âmbito do conhecimento produzido. A partir disso, discutimos os investimentos em educação e em institucionalização acadêmica no país.

Argumentamos que a produção do conhecimento em locais que estiveram sempre em posição de exploração e subordinação pode ficar comprometida. No contexto do Nordeste, os povos e territórios são frequentemente vistos, ainda nos tempos atuais, como locais “particulares” ou “regionais”, em contraste com o suposto caráter universal dos saberes e das produções vindas dos centros hegemônicos que tiveram um massivo investimento.

Como destacamos, no contexto brasileiro, essas desigualdades se expressam no interior do país, por meio de diferentes assimetrias, a exemplo das regionais e intrarregionais (entre as capitais e os territórios do sertão, por exemplo).

As hierarquias do saber refletem relações históricas de poder herdadas do colonialismo, estruturando quem pode falar, produzir conhecimento e ser reconhecido academicamente, por exemplo³.

Esses elementos se manifestam nos processos de educação e de produção do conhecimento, como: concentração de programas de pós-graduação e de periódicos científicos em instituições do Sudeste, redes de pesquisa e financiamento desiguais, e da menor visibilidade e valorização dos saberes produzidos no Nordeste, bem como de seus professores e pesquisadores^{5,15,16}.

Retomando as razões pelas quais apontamos a subalternização regional, consideramos que esta realidade configura um lócus de enunciação subalternizado, já que as vozes e produções do Nordeste não recebem, no contexto da produção acadêmico-científica, a mesma valorização material e simbólica que aquelas de outros territórios do país.

Após décadas de exportação de mão de obra e de intelectuais do Nordeste, as vozes nordestinas que reivindicavam políticas de investimento em educação e ciência, para a região, foram finalmente consideradas, sobretudo a partir dos anos 2000. Para além de reivindicações de produções artísticas e culturais, identificamos este processo no âmbito acadêmico-científico porque, nas últimas décadas, é possível encontrar iniciativas que vêm reconhecendo as desigualdades regionais e se dedicando ao desenvolvimento da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no Nordeste.

No âmbito da produção do conhecimento, podemos citar: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ampliou os campus universitários e interiorizou a formação graduada na região Nordeste; o Programa de Doutorado Interinstitucional, que facilitou a capacitação de doutorado dos docentes do Nordeste em instituições parceiras localizadas no Sudeste; e ações afirmativas do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visam reduzir as desigualdades regionais e raciais na pós-graduação, destinando maiores porcentagens de abertura de programas de pós-graduação e de editais de bolsas à região Nordeste, por exemplo^{17,18}.

Estas são ações que visam mitigar as disparidades acadêmico-científicas regionais. Essas proposições de reparação de desigualdades lançam luz à problemática que trazemos aqui e demonstram que ainda não foi superada e continua ecoando no que estamos chamando de cenário acadêmico-científico do Brasil.

Atualmente, é possível observar reflexos das políticas reparatórias. Na pós-graduação, a CAPES evidencia que o número de programas *stricto sensu* de excelência (notas 6 e 7) no Nordeste aumentou de 37 para 60 entre duas avaliações quadrienais, correspondendo a um crescimento de 62%¹⁹. Todavia, os dados indicam que as assimetrias regionais continuam presentes, pois em 2023, o Nordeste contava com 1.207 programas de pós-graduação, dos quais cerca de 65% estavam localizados nas capitais estaduais²⁰.

Além disso, informações da Plataforma Sucupira/GeoCAPES e do Censo da Educação Superior (INEP) mostram que apenas 78 dos 1.794 municípios nordestinos possuem programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que representa uma cobertura municipal de apenas 4%. Esses números indicam que, embora haja expansão e qualificação crescente da produção acadêmico-científica, o processo de interiorização da pós-graduação e da pesquisa permanece limitado e fortemente concentrado em poucos pólos urbanos e institucionais²¹.

No debate sobre a colonialidade do saber, a raça é retomada como categoria central para análise dos processos de poder em territórios com maior concentração de pessoas não brancas, como o Nordeste. Assim, os conceitos de racismo epistêmico e epistemicídio nos auxiliam a aprofundar a compreensão dessas desigualdades internas.

Contemporaneamente, Santos²² problematiza as desigualdades epistêmicas a partir das relações de dominação e de poder por meio do conceito de epistemicídio. Contudo, é importante ressaltar que a ideia de epistemicídio e a dimensão da raça e do racismo no debate sobre a construção do saber foi elaborada por González²³, antes mesmo da disseminação do pensamento decolonial e do conceito de racismo epistêmico. O racismo epistêmico deslegitima os saberes de povos nordestinos e produz o apagamento sistemático de conhecimentos e o embranquecimento de intelectuais da região¹¹.

A lógica da hierarquização epistêmica atribuída ao Sudeste e interseccionada por marcadores de raça também é representada no campo cultural. Embora seja

uma obra de ficção, o filme “O Agente Secreto” (2025, direção de Kleber Mendonça Filho) é uma produção audiovisual contemporânea brasileira que mobiliza narrativas que dialogam com imaginários sociais concretos sobre a inferiorização do Nordeste, mobilizando as categorias trabalho, raça e região para tecer críticas à lógica de subalternização histórica do Nordeste e do povo nordestino.

Em uma das cenas do filme, um empresário da indústria energética do setor privado no Sudeste representa a personificação da hierarquia epistêmica no Brasil. Este personagem desqualifica a produção científica feita a partir da Universidade Federal de Pernambuco, justifica que as pesquisas feitas em Recife são produção “regional” afirmando que uma ciência “nacional” deve ser produzida no Rio de Janeiro e finaliza o discurso dizendo que estes precisam escolher entre deslocar-se para “grandes pólos científicos” ou dedicar suas pesquisas à mitigação de problemas sociais do Nordeste.

Sabemos que as produções audiovisuais constituem representações simbólicas das formações e dinâmicas sociais de seu tempo e ressaltamos que essa representação ficcional contemporânea reforça a necessidade de um debate atual sobre história do Nordeste e reparação social.

iii) Considerações para reescrever a história da terapia ocupacional e reposicionar a produção do conhecimento a partir do Nordeste do Brasil

À luz dos conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber, é possível compreender que as desigualdades observadas na institucionalização acadêmica e na produção científica da terapia ocupacional no Brasil são a expressão de processos históricos e estruturais.

Para aprofundar as reverberações das dinâmicas coloniais na área de terapia ocupacional, começamos destacando que a sua institucionalização acadêmica e profissional, no Brasil, ocorreu de forma centralizada, ou articulada, à região Sudeste do país. Estudos recentes confirmam que essa concentração persiste, uma vez que é nessa região que se localizam todos os programas de pós-graduação da área atualmente⁷ e as principais agências de fomento à pesquisa do Brasil⁵, reforçando nossos apontamentos sobre a configuração histórica e estrutural do país.

Nesse sentido, a mobilização de dados empíricos permite observar como tais processos se materializam na organização contemporânea do campo. No que se refere aos grupos de terapia ocupacional cadastrados no diretório de grupos de

pesquisa da Plataforma Lattes (DGP Lattes), os dados reforçam esse cenário. Foram identificados no ano de 2025, 50 grupos na área de terapia ocupacional, sendo 29 localizados no Sudeste e sete no Nordeste. Os grupos de pesquisa são redes formais de produção do conhecimento e simbolizam movimentos de elaboração de saberes acadêmico-científicos²⁴.

As assimetrias regionais também podem ser percebidas na produção de artigos científicos. Um mapeamento²⁵ dos artigos publicados por terapeutas ocupacionais brasileiros em periódicos indexados identificou que 78% foram produzidos na região Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo (60,18%). Em contrapartida, 7,82% dos artigos analisados foram produzidos a partir da região Nordeste.

Ao analisarmos o corpo editorial dos três periódicos nacionais da área de terapia ocupacional no ano de 2026, percebemos uma forte desigualdade regional. Nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, dos 37 editores, apenas quatro estão vinculados a instituições do Nordeste. Na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, essa concentração é ainda mais acentuada, com nenhuma representação do Nordeste. A Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, embora apresente maior diversidade, ainda mantém um número pequeno reunindo seis editores do Nordeste, considerando o total de 23 editores. Nos três periódicos, a maioria dos editores são vinculados institucionalmente à região Sudeste.

À luz dos aportes teóricos acionados neste ensaio, a concentração predominante de editores do Sudeste pode favorecer a centralização de poder na definição de agendas e de critérios de legitimidade científica. Nesse sentido, podemos citar o presente ensaio como um exemplar de produções que tensionam essas dinâmicas e que, inclusive por este motivo, podem encontrar maiores barreiras à sua veiculação no campo científico.

Em consonância com esses achados, a análise das coordenações dos Grupos de Trabalho da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO) em 2025 também evidencia uma distribuição regional desigual. No site oficial da rede nota-se que dos 24 coordenadores existentes apenas dois estão vinculados às instituições do Nordeste e que a maioria é ligado às instituições de ensino do Sudeste. Assim, a reflexão não se restringe aos grupos de pesquisa, produções ou periódicos, mas atravessa também os espaços de

organização do ensino e da pesquisa, podendo influenciar a condução de debates e os rumos do campo da terapia ocupacional no Brasil.

Observa-se ainda outro dado relevante: no âmbito dos Seminários Nacionais de Pesquisa em Terapia Ocupacional, a realização da III edição no estado da Paraíba esteve associada a uma maior participação de pesquisadores vinculados a instituições da região (48%) quando consideradas todas as regiões brasileiras. Por outro lado, edições realizadas no Sudeste concentram proporções muito mais elevadas de participantes dessa região, tanto na graduação (74%) quanto na pós-graduação (77%)²⁴.

Este dado pode ser compreendido em articulação com a maior concentração histórica de cursos de graduação e de programas de pós-graduação na área no Sudeste. Assim, apontamos que mesmo quando eventos científicos da área ocorrem no Nordeste, persistem limites na participação. Refletimos aqui sobre a necessidade de pensar coletivamente estratégias e incentivos para promover maior equidade de acesso a esses espaços²⁴.

Ao retomar os dados mencionados é possível notar que no Brasil as principais agências de fomento, os programas de pós-graduação, os grupos de pesquisa formais e a produção científica por meio de artigos na área de terapia ocupacional são majoritariamente realizadas a partir do Sudeste. Assim, inferimos que as referências acadêmico-científicas amplamente utilizadas no campo da terapia ocupacional, assim como as análises das realidades e as representações, podem estar sendo, em grande parte, produzidas por pesquisadores vinculados ao Sudeste e/ou formadas em programas de pós-graduação deste local, que tratamos como parte do eixo hegemônico no Brasil desde aportes decoloniais e de estudos sobre assimetrias regionais aqui expostos.

Ainda, é importante refletir que, embora o Nordeste tenha abrigado um dos primeiros cursos públicos de terapia ocupacional da história do país⁷, o investimento em educação, tecnologia e ciência foi nitidamente ocorrendo de forma desigual entre as regiões e as instituições, ocasionando diferentes histórias na área, como percebemos por meio dos dados anteriormente citados⁶.

Entendemos que o investimento desigual em instituições de educação e de pesquisa no Brasil pode ter contribuído para a manutenção de um ciclo perverso que apontamos ao longo deste ensaio: quanto mais investimentos e oportunidades uma região recebe, mais ela será desenvolvida e reconhecida, ocasionando novos

investimentos e oportunidades no mesmo local. Assim, há territórios historicamente subalternizados que permanecem à margem das políticas estruturantes, sendo frequentemente alcançados por tentativas institucionais de reparação de desigualdades.

Entretanto, é relevante ressaltar que a centralização da história e dos processos acadêmico-científicos da terapia ocupacional no Sudeste não foi necessariamente construída com o objetivo de subalternizar territórios e povos, mas pode ser compreendida como efeito das lógicas históricas discutidas, já que as dinâmicas de poder se reproduzem internamente em diferentes espaços.

Nesse cenário, torna-se fundamental retomar dois aspectos abordados anteriormente neste ensaio, mas que não estão apartados das demais reflexões feitas a partir da área de terapia ocupacional: as problematizações intra regionais ligadas aos limites do processo de interiorização da formação na área, assim como a relevância da categoria raça nos processos produção do saber em terapia ocupacional.

No que se refere à interiorização, a implantação de cursos de Terapia Ocupacional no interior da região Nordeste vem envolvendo desafios que extrapolam a dimensão acadêmica, incluindo dificuldades de fixação docente, fragilidade de redes de suporte e limitações estruturais dos territórios²⁶. Tais elementos evidenciam que a expansão da formação para além das capitais se dá em contextos marcados por desigualdades intra regionais, o que pode tensionar a sustentabilidade e a consolidação da formação em terapia ocupacional na região. Nesse sentido, pode-se reforçar dinâmicas de colonialismo interno dentro do Nordeste, na medida em que determinados territórios permanecem à margem das estruturas institucionais de produção de conhecimento.

No que diz respeito às hierarquias epistêmicas, o debate sobre racismo epistemológico e epistemicídio²³ se mostra importante uma vez que pesquisadoras da terapia ocupacional já apontaram a presença de racismo epistêmico na produção acadêmica da área, evidenciando como, historicamente, se privilegiou a incorporação de referenciais anglo-saxônicos em detrimento dos saberes produzidos por populações não brancas²⁷.

O racismo epistêmico não apenas restringe a diversidade de perspectivas no campo, como também contribui para o apagamento de saberes produzidos em territórios e por sujeitos historicamente subalternizados. Como mencionamos em

tópicos anteriores, no contexto do Nordeste brasileiro essas dinâmicas assumem contornos ainda mais evidentes, considerando sua formação histórica marcada pela presença significativa de populações negras e indígenas, cujos saberes foram sistematicamente marginalizados nos processos de institucionalização do conhecimento

A raça é um elemento importante para compreender como a colonialidade do saber, inclusive na terapia ocupacional, vem influenciando os critérios de validação, circulação e reconhecimento do conhecimento científico na área. Embora não constitua objetivo central deste ensaio, tais aspectos evidenciam a urgência de aprofundar a reflexão sobre as assimetrias regionais através da incorporação mais densa de aportes da interseccionalidade na análise das desigualdades que apontamos.

À medida que nos encaminhamos para o encerramento do texto, retomamos alguns pontos centrais: a colonialidade do poder se expressa, no campo da terapia ocupacional, na concentração histórica de recursos e instituições formadoras na região Sudeste. Por sua vez, o colonialismo interno manifesta-se na reprodução dessas desigualdades no interior do país (inclusive intra regionalmente), produzindo hierarquias que posicionam o Nordeste como território periférico. Já a colonialidade do saber opera na definição dos conhecimentos legitimados como universais, estabelecendo parâmetros de validação e circulação no campo científico, atravessados também por diferentes marcadores sociais. Esses conceitos não apenas descrevem processos históricos mais amplos, mas oferecem chaves analíticas para compreender como as assimetrias regionais se materializam e se reproduzem na área de terapia ocupacional no Brasil.

Em síntese, a colonialidade do poder não se restringe à organização macroestrutural da sociedade, mas atravessa campos específicos como o da terapia ocupacional, influenciando quem produz conhecimento e sob quais condições materiais. O colonialismo interno, por sua vez, permite compreender a persistência dessas desigualdades no território nacional, enquanto a colonialidade do saber evidencia os mecanismos pelos quais determinadas produções enfrentam maiores barreiras de reconhecimento e circulação no campo científico.

Acreditamos que existem algumas estratégias para aqueles que fazem a produção acadêmico-científica a partir do Nordeste, tais como: (i) produzir conhecimento coletivamente por meio de redes acadêmico-científicas formais na

área da Terapia Ocupacional e a partir da região; (ii) elaborar e/ou fortalecer programas de pós-graduação, projetos de ensino, extensão, pesquisa e inovação na área de terapia ocupacional a partir do Nordeste, priorizando produzir registros e valorizar as histórias e as especificidades regionais e intrarregionais a partir da área; (iii) participar ativamente dos espaços de liderança, representação e protagonismo acadêmico-científico da área de terapia ocupacional.

Entendemos que discutir sobre ciência e trabalho docente no Brasil a partir do Nordeste não é possível sem mencionar as desigualdades e oportunidades negadas historicamente à região⁵. Assim, as estratégias que apontamos não são apenas responsabilidade de quem compõe o campo a partir do Nordeste, pois os processos de desigualdades exigem movimentos coletivos de superação.

Ao mesmo tempo que é necessária a participação e iniciativa daqueles vinculados à região, recomendamos que este processo seja acompanhado de um compromisso ético-político anticolonial de todas as pessoas da área. É preciso abrir espaços para debater disparidades na produção em terapia ocupacional e facilitar rupturas hegemônicas para avançar de forma mais equitativa e plural.

Ao final deste ensaio, não se pretende encerrar essa complexa discussão. Não afirmamos que as linhas de desigualdade na terapia ocupacional sejam marcadas exclusivamente por dinâmicas coloniais, tampouco que permaneçam inalteradas desde o início de sua institucionalização acadêmica no país. Ao contrário, buscamos contribuir para o fortalecimento do desenvolvimento acadêmico-científico a partir do Nordeste, almejando, sobretudo, o fortalecimento coletivo de pesquisadores da região para que seja possível “representar uma realidade a partir desta própria realidade”⁶.

Conclusão

Este ensaio mobilizou os conceitos de colonialidade do poder, colonialismo interno e colonialidade do saber para compreender as desigualdades regionais na produção acadêmico-científica no Brasil, e suas implicações na área de terapia ocupacional.

Ao analisar as hierarquias de conhecimento que estruturam o país, evidenciamos que o Nordeste foi historicamente explorado e marginalizado nos processos de colonização, e que a região passou por processos de invisibilização e

desvalorização epistemológica que também podem se expressar na área da terapia ocupacional.

Importante reiterar que o ensaio não tem como finalidade estabelecer visões dicotômicas, afirmar perspectivas universalizantes ou incentivar disputas acadêmico-científicas entre regiões do Brasil. Com este texto, pretendemos apresentar uma das possibilidades de leitura crítica das desigualdades que moldaram o campo científico brasileiro e a terapia ocupacional.

Como limitação, destaca-se que, por se tratar de um ensaio teórico, as discussões aqui desenvolvidas apresentam um alcance interpretativo situado. A seleção e interpretação dos referenciais teóricos e dados contextuais estão ancoradas em uma perspectiva analítica específica, o que implica reconhecer o seu caráter não exaustivo.

Como o estudo não pretende esgotar a complexidade das desigualdades regionais na produção científica brasileira, tampouco abarcar, em profundidade, as interseccionalidades que atravessam esses processos, evidenciamos durante o ensaio a necessidade do desenvolvimento de agendas de pesquisa comprometidas com a análise das assimetrias intra regionais e dos marcadores sociais da diferença envolvidos nestas dinâmicas.

Ainda, acreditamos que este ensaio pode auxiliar a disseminar estratégias coletivas, uma vez que há novos investimentos, oportunidades e movimentos emergentes de reparação na região. Indicamos o fortalecimento de articulações regionais na Terapia Ocupacional e defendemos que os pesquisadores do Nordeste devem se apropriar das políticas acadêmico-científicas de reparação, bem como realizar esforços para se dedicar responsavelmente ao desenvolvimento e às especificidades da área da terapia ocupacional a partir do Nordeste. Ao mesmo tempo, reafirmamos a necessidade de adotar, na área, posturas e práticas anticoloniais.

Referências

1. Meneghetti AJ. O que é um ensaio-teórico? *Rev Adm Contemp.* 2011 Apr;15(2):320-32.
2. Quijano A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research.* 2000;6(2):342–386. doi:10.5195/jwsr.2000.228

3. Mignolo W. Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Oliveira SR, trad. Belo Horizonte (BR): Editora UFMG; 2003.
4. Casanova PG. Colonialismo interno (uma redefinição). In: Boron AA, Amadeo J, Gonzalez S, organizadores. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires (AR): CLACSO; 2007. p. 409–434.
5. Souza MBCAS, Duque AM. De onde somos e onde estamos? Formação acadêmica dos docentes de terapia ocupacional de universidades públicas do Nordeste do Brasil. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2024;32:e3666. doi:10.1590/2526-8910.ctoAO282036661
6. Souza MBCAS, Duque AM. “Meu país Nordeste”: reflexões sobre os desafios e avanços em Terapia Ocupacional desde uma perspectiva nordestina. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional – REVISBRATO. 2024;8(2). doi:10.47222/2526-3544.rbto60690
7. Reis SCCAG, Lopes RE. O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2018;26(2):255–270. doi:10.4322/2526-8910.ctoAO1166
8. Minayo MCS, Guerriero ICZ. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. Ciência & Saúde Coletiva [Internet]. 2014 [citado 2025 nov 13];19(4):1103–1112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR>
9. Galheigo SM. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. Cad Bras Ter Ocup. 2020;28(1):5-25. doi:10.4322/2526-8910.ctoAO2590.
10. Berner VOB, Almeida PRB. Não somos “nordestinados”: colonialismo, colonialidade interna e a ocultação do processo de desigualdade regional no Brasil. Suffragium: Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. 2021;12(20):59–73. Disponível em: <https://suffragium.tre-ce.jus.br/suffragium/article/view/122/59>
11. Santiago O. Só sei que foi assim: a trama do preconceito contra o povo do Nordeste. Recife (BR): Autêntica Editora; 2025.

12. Bernardes DM. Notas sobre a formação social do Nordeste. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. 2007;(71):41–79. doi:10.1590/S0102-64452007000200003
13. Bercovici G. Desigualdades regionais, Estado e Constituição. São Paulo (BR): Max Limonad; 2003.
14. Quijano A. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder – Eje 3. Buenos Aires (AR): CLACSO; 2014. p. 757–776. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507040653/eje3-7.pdf>
15. Fazzio A. Uma breve análise do financiamento da pesquisa no Brasil. PesquisABC. 2017;(19):2–6. Disponível em: <https://propes.ufabc.edu.br/pesquisabc/numeros-anteriores/pesquisabc-n-19-2017>
16. Santos A, Bastos LLAG, Aleixo AA, Paulo TRS, Mendes EL. Distribuição, evolução e produção científica dos grupos de pesquisa em atividade física e saúde do Brasil. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde. 2012;17(4):258–262. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1874/1842>
17. Brasil. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007: institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da República Federativa do Brasil [Internet]. 2007 abr 24 [citado 2025 nov 13];Seção 1:7. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm
18. Brasil. Dinter novas fronteiras [Internet]. Brasília (DF): CAPES; 2017 [citado 2025 nov 13]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programasencerradosnopais/dinter-novas-fronteiras>
19. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Programas de excelência crescem 62% na pós-graduação. CAPES Notícias [Internet]. 2023 jun 26 [citado 2025 nov 13]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/programas-de-excelencia-crescem-37-na-pos-graduacao>

20. Brasil. Agência Gov. Capitais concentram 65% dos programas de pós-graduação do Nordeste. Agência Gov [Internet]. 2023 set 19 [citado 2025 nov 13]. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/capitais-concentram-65-dos-programas-de-pos-graduacao-do-nordeste>
21. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Plataforma GeoCAPES: distribuição espacial dos programas de pós-graduação no Brasil [Internet]. 2023 [citado 2025 nov 13]. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>
22. Santos BS. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte (BR): Autêntica Editora; 2019.
23. Gonzalez L. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: Gonzalez L. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo (BR): Zahar; 1988. p. 76–82.
24. Souza MBCA, Duque AM. Apontamentos sobre pesquisa em Terapia Ocupacional a partir do Nordeste do Brasil. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2025;35(1-3):e236108.
25. Folha OADAC, Cruz DMC, Emmel MLG. Mapeamento de artigos publicados por terapeutas ocupacionais brasileiros em periódicos indexados em bases de dados. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. 2018;28(3):358–367. doi:10.11606/issn.2238-6149.v28i3p358-367
26. Hernandez RS, Minatel MM, Menta SA, Andrade LF, Duque AM, Hiratuka-Soares E, et al. Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe: trajetória, construções e desafios. Rev Interinst Bras Ter Ocup. 2020;4(6):838-849.
27. Ambrosio L, Silva CR. Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. 2022;30:e3150. doi:10.1590/2526-8910.ctoEN241431501

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.